

Um Novo Conceito de Segurança para o Continente

Profa. Maria Cristina Goiana Fedozzi,

Professora do Magistério da Aeronáutica e integrante do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

Em 1989, o regime comunista entrou em colapso na Europa Oriental e a queda do muro de Berlim serviu como um divisor entre o antes e o depois da história moderna. Como fato histórico, o fim da separação entre as Alemanhas pode ser comparado à queda da Bastilha, símbolo da Revolução Francesa, pois ambos provocaram mudanças significativas em todo o mundo.

O reflexo da queda do Muro de Berlim foi marcante. Países que integravam o Pacto de Varsóvia foram imediatamente sacudidos pelos acontecimentos e se levantaram contra os governos locais buscando independência.

Na América Latina a queda do bloco comunista também provocou mudanças, e entre elas uma redefinição de conceitos como segurança, defesa e ameaças, tanto interna como em âmbito regional. O fim da bipolaridade permitiu que problemas que assolavam a região ganhassem dimensão e, hoje,

constituem as chamadas Novas Ameaças que afetam os países do hemisfério.

As mudanças ocorridas no mundo permitem perceber que nos encontramos em um difícil período de transformações para uma nova era da humanidade, com crises múltiplas que afetam a noção de segurança dos Estados. A Segurança foi definida pela Organização das Nações Unidas como uma condição em que os Estados não se sentem em perigo de sofrer um ataque militar, pressão política nem coação econômica e podem perseguir, livremente, seu desenvolvimento e progresso. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Segurança incorpora as prioridades de cada um dos Estados e está baseada em valores democráticos, no respeito à promoção e defesa dos direitos humanos, na solidariedade, cooperação e respeito à soberania nacional, vindo a constituir um

sistema cujos participantes tenham preocupações comuns, valores e interesses compartilhados e reconheçam o benefício individual do compromisso unilateral.

Os Ministros de Relações Exteriores do Hemisfério, durante a Assembléia Geral da OEA realizada em Bridgetown, Barbados, em 2002, reconheceram, em sua declaração final, que as ameaças, preocupações e outros desafios à segurança no Hemisfério são de natureza diversa e alcance multidimensional e que o conceito e enfoque tradicionais devem ser ampliados para abranger ameaças novas e não tradicionais que incluem aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde e ambientais.”¹

Cabe destacar, que sob o marco da Organização, a segurança ganhou um tratamento mais compatível com os interesses da América Latina e, mais recentemente, tem liderado as preocupações dos países membros sobre sua manutenção, por meio da cooperação, o emprego dos meios pacíficos para solução de controvérsias, observadas as normas do Direito Internacional e respeitada a soberania dos Estados. Também foi

reconhecida a necessidade de examinar temas como desarmamento e controle de armas, direitos humanos, terrorismo e crime organizado, conseqüências do modelo econômico, desastres naturais e degradação ambiental como elementos que afetam a estabilidade das sociedades da região.

No âmbito interamericano, a segurança passou a considerar outros valores, além dos estritamente militares. Desta forma, medidas de fomento da confiança e do entendimento por meio do diálogo e da cooperação têm conseguido controlar e evitar a eclosão dos confrontos entre países, gerando maior estabilidade e segurança para região.

Neste contexto, cresceu de importância a redefinição do papel das Forças Armadas, suas relações com os governos civis e a necessidade de cooperação, em todos os campos, como ponto chave para alcance da verdadeira segurança regional.

Tradicionalmente a defesa nacional é vista como a proteção do território e da soberania de um

¹ Declaração de Bridgetown, Barbados, Assembléia Geral da OEA, 2002.

Estado. O uso da força pelos Estados é justificado como a forma que a instituição estatal tem para manter a ordem, a paz e a integridade territorial. As relações internacionais desenrolam-se em um cenário hostil, onde os países trabalham exclusivamente de acordo com seus interesses. Têm o Estado como protagonista e o poder militar atua como variável determinante do resultado.

Não se pode esquecer que o Estado é a instituição responsável por prover a segurança da Nação, e a quem os cidadãos delegaram poder para protegê-los. A segurança traz implícita a prerrogativa do uso da força e, neste sentido, a maior expressão fica com o poder militar.

Além dos conceitos tradicionais, cada indivíduo interpreta a segurança de modo muito particular. Em sentido lato, podemos afirmar que pode ser identificada como uma sensação que cada um têm de viver em paz e contar com meios que assegurem uma existência digna. Além da ausência de riscos ou ameaças, implica em proporcionar melhor qualidade de vida e deve ser entendida como um tema político e não meramente militar. As antigas Doutrinas de Segurança Nacional

transformaram a Defesa em um tema marcadamente militar, o que gerou graves problemas para a região.

Para enfrentar as ameaças tradicionais, que referem principalmente a guerras por questões fronteiriças, o sistema mostrou-se pouco eficaz e mostrou a necessidade de substituir os mecanismos de segurança coletiva, que permitem ampliar a confiança entre os Estados da região e conferir maior transparência ao controle das aquisições de armas. A guerra das Malvinas marcou o fim do sistema tradicional de segurança na região, que nasceu após a 2ª. Guerra Mundial e demonstrou a necessidade de mudanças frente ao novo momento vivido pelo mundo.

Atualmente, na América, as principais causas de insegurança são de natureza econômica, política e social e sua solução requer o uso de meios mais democráticos e participativos, ao invés dos instrumentos unicamente militares e repressivos. As novas ameaças, em sua maioria, não requerem a intervenção armada, mas o uso de outros instrumentos como a negociação, a cooperação e a diplomacia, todos voltados para a

busca do desenvolvimento integral das sociedades.

Até o fim da guerra fria, a ameaça à região era externa, mas com as mudanças ocorridas novos problemas surgiram, tanto dentro quanto fora da América. Os países da região reconheceram a necessidade de examinar problemas como os direitos humanos, a qualidade de vida, a educação das populações, a luta contra a pobreza, a segurança, o terrorismo e o crime organizado, a insatisfação com os resultados do modelo econômico adotado pelos países e a degradação do meio ambiente, entre outros, como fatores que afetam a estabilidade das sociedades democráticas.

A América Latina, a partir da década de 80, passou a reconhecer a Democracia como valor absoluto na região. A partir daí, o centro das preocupações deixou de ser unicamente o Estado, mas transferiu-se para o cidadão. Parece-nos importante destacar que a democracia é um sistema político que requer, além de regras de procedimento, como eleições e distribuição do poder, outras exigências como a tolerância e respeito, por meio da proteção aos

direitos e liberdades individuais. Conceitos como Segurança Humana vem ganhando destaque como determinantes para assegurar a paz e o desenvolvimento e, pela importância que adquiriram, deixaram de ser responsabilidade somente do Estado e estenderam-se a outras entidades como Organizações Não Governamentais, corporações e representantes populares. Cresceu e passou a incorporar preocupações como a redução da pobreza, a prestação de serviços sociais básicos, o respeito aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário e o compromisso com a democracia, ainda que preliminarmente caiba ao Estado a responsabilidade maior.

A segurança deixou de contemplar apenas uma perspectiva restritiva, centrada em ameaças diretas, mas ampliou seu espectro com temas como o terrorismo, a delinquência transnacional, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro e o contrabando de armas, entre outros.

Vivemos um tempo marcado pelo reconhecimento de que enfrentamos uma nova categoria de conflitos mais complexos do que os tradicionais, gerados por

desigualdades econômicas, sociais, culturais, étnicas, religiosas e morais, além da degradação do meio ambiente que afetam o Mundo e, também, a América.

Quanto à segurança militar, seus conceitos hoje se voltam mais para a transparência e a construção de relações baseadas na confiança mútua, com a generalização do clima de distensão entre os Estados.

As Novas Ameaças passaram a ocupar lugar importante nas preocupações de muitos Estados que integram nosso Hemisfério. É certo que a Declaração de Bridgetown reconheceu uma definição de segurança que preconiza que “as ameaças, preocupações e outros desafios à segurança no Hemisfério são de natureza diversa e alcance multidimensional e os conceitos e enfoques tradicionais devem ampliar-se para alcançar as novas ameaças não tradicionais, que incluem aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde pública e ambientais.”² A Declaração reconheceu, ainda, que “as novas ameaças, preocupações e outros desafios são problemas intersetoriais que requerem

respostas de aspectos múltiplos por parte de diferentes organizações nacionais, todas atuando de forma coordenada, conforme normas e princípios democráticos.”³ Como consequência, as respostas também devem ser não tradicionais e, em muitos casos, não significam a participação de forças militares do Estado.

Para que se possa ter uma resposta eficiente de parte do Estado, é necessário identificar de forma precisa o que são as novas ameaças, preocupações e outros desafios, de modo a adaptar as respostas que serão prestadas pelos Estados do Hemisfério.

As **Ameaças** devem receber maior prioridade por parte dos Estados e, muitas vezes, as forças de segurança e defesa dos países são empenhadas em seu enfrentamento. Embora devamos reconhecer que a definição de Ameaça varie de Estado para Estado, algumas situações são comuns como as agressões armadas, as disputas de fronteiras, o narcotráfico, o tráfico de armas, o terrorismo, a lavagem de dinheiro, o crime organizado e a migração descontrolada, entre outros.

² Declaração de Bridgetown, Barbados, Assembléia Geral da OEA, 2002.

³ Idem.

As chamadas **Preocupações** incluem conceitos muito mais amplos e podem reunir fenômenos que podem contribuir, direta ou indiretamente, para a instabilidade ou a falta de segurança física em qualquer Estado. Podem englobar uma ampla gama de fatores políticos, sociais, econômicos, de saúde pública e ambientais, e constituem responsabilidade de cada um dos Estados, ainda que seus reflexos possam ultrapassar suas fronteiras.

Para o enfrentamento das Preocupações e outros desafios devem ser adotadas medidas concretas pelas instituições nacionais, não necessariamente as forças de segurança e defesa. As ameaças econômicas, por exemplo, assim como os problemas sociais e o pequeno investimento em pesquisa e tecnologia constituem graves vulnerabilidades para a América Latina. Estas vulnerabilidades resultam da assimetria e dependência nas relações comerciais, financeiras e tecnológicas com os países desenvolvidos, bem como do pequeno peso político dos países latino-americanos nas decisões mundiais.

Entre as Ameaças o crime organizado merece especial atenção,

pois engloba a prática de ilícitos como o contrabando, o narcotráfico, o tráfico de armas e de pessoas. O crime organizado alimenta a corrupção e a violência, com reflexos negativos para o regime democrático. No combate ao ilícito as capacidades individuais dos Estados mostram-se insuficientes no seu combate, sendo necessária a união de forças, por meio de um enfoque multilateral, baseado na cooperação entre diversos entes para um enfrentamento eficaz a esta ameaça.

A corrupção afeta a todos os Estados do Hemisfério, em maior ou menor grau. Contribui para a insegurança da Nação, pois desacredita as instituições estatais e o próprio regime democrático, comprometendo a estabilidade política. Pesquisa feita pela Transparência Internacional com vítimas do delito mostra que a corrupção afeta toda a região e faz com que os cidadãos que sofrem seus males percam a confiança no Estado e em seus agentes, em todos os níveis.

É certo que para a prática do crime são necessários dois agentes: corruptor e corrupto e, muitas vezes, empresas nacionais e estrangeiras,

na busca de contratos mais vantajosos não se inibem em oferecer suborno a funcionários públicos que possam favorecê-las, mesmo ferindo o interesse da Nação. O combate ao delito deve alcançar todos os níveis, inclusive os agentes ativo e passivo, e requer ações conjuntas dos Estados e dos Organismos Internacionais, facilitando o rastreamento dos recursos ilícitos e seu repatriamento. Entre as medidas que podem ser tomadas, em âmbito interno, a defesa da liberdade de expressão e o repúdio à censura dos meios de comunicação despontam como instrumentos importantes no combate ao ilícito.

Quanto ao terrorismo, todos os países do hemisfério têm sofrido, em maior ou menor intensidade, suas conseqüências. Nunca é demais lembrar os atentados ocorridos na Argentina, nos anos 90 e contra os Estados Unidos, em 2001 e que repercutiram em todo o mundo. Os grupos terroristas deslocam homens e recursos por todo o planeta e se aproveitam de falhas nos controles de fronteira, nas brechas da legislação e na facilidade de movimentação de recursos financeiros por meios eletrônicos para agir com maior liberdade.

Para enfrentamento do terrorismo são imprescindíveis ações de natureza distinta, principalmente nos campos social e econômico e que atendam a população em seus reclamos, e não apenas a adoção de medidas policiais. Os órgãos envolvidos no combate ao terrorismo devem contar com eficientes sistemas de inteligência, que permitam a troca de informações entre eles, proporcionando dados oportunos e confiáveis às autoridades responsáveis pelas medidas preventivas.

Outro dos delitos que ameaça a região é a lavagem de dinheiro, que traz graves conseqüências sociais e constitui uma ameaça concreta à segurança. O expressivo volume de recursos oriundo das atividades criminosas pode trazer graves conseqüências para os Estados. Os crimes financeiros ganharam relevo, principalmente na era da informação, pois ameaçam pessoas e instituições nacionais, com um simples apertar de botão.

O Narcotráfico também traz fortes reflexos políticos, econômicos e sociais para todos os países da região. Todos os Estados estão vulneráveis ao narcotráfico, atuando

como produtor, processador da droga, elo no tráfico, mercado consumidor ou como alimentador da violência e da corrupção que traz em seu rastro. A ameaça tem forte caráter transnacional e somente este fato justificaria os significativos esforços de cooperação que têm sido desenvolvidos pelos Estados da região para combatê-lo. Além da produção da matéria-prima, o controle dos insumos para fabricação da droga também deve merecer atenção por parte das autoridades, como única forma efetiva de combate ao ilícito.

Outro tema que deve ser considerado diz respeito à associação entre o Narcotráfico e o Terrorismo, unindo duas perigosas cadeias delituosas e cujas ações atingem toda a sociedade. O combate ao Narcotráfico requer, da mesma forma que em relação ao terrorismo, um trabalho integrado entre as forças de Estado, com intercâmbio de informações na área da inteligência e um efetivo combate às ações das quadrilhas internacionais.

Outra ameaça que aflige a região diz respeito ao tráfico de armas, meio de que se valem as quadrilhas criminosas para as práticas de seus

ilícitos. A América do Sul surge como receptor de armamento ilegal e, à semelhança de outras ameaças, seu combate também requer esforço combinado, coordenado e multilateral. Aqui também se faz necessária a união de esforços entre os Estados para impedir que armas químicas, biológicas ou nucleares ingressem ou movimentem-se dentro da região. A ação integrada das comunidades de inteligência pode auxiliar na luta contra a este perigoso contrabando.

O combate a todos estes ilícitos apresentam um ponto em comum: requer o engajamento dos Estados de forma efetiva, indo além da troca de informações de inteligência, mas promovendo a celebração de acordos e alteração de leis ordinárias que permitam a extradição de criminosos que possam vir a se refugiar em seus territórios, fugindo de punições mais severas em outros países e o repatriamento de recursos ilicitamente desviados.

As migrações em massa podem ser identificadas como “vulnerabilidade social” e também constituem uma ameaça aos Estados da região podendo, em alguns casos, chegar a desestabilizar os centros receptores, com reflexos políticos,

econômicos e sociais que as massas de migrantes trazem em seu rastro. As dificuldades também podem surgir internamente, com grandes contingentes de indivíduos movendo-se dentro dos Estados para instalar-se em regiões em que vislumbrem melhores oportunidades de vida e, também neste caso, surgem reflexos na infra-estrutura e no crescimento da pobreza e da criminalidade. Quanto mais pobre for o Estado e mais vulneráveis suas instituições cresce o problema e suas conseqüências não se limitam apenas aos pobres, mas a todos os que são afetados em sua estabilidade econômica, aí incluída a classe média, e também pode vir a comprometer a estabilidade dos governos democráticos.

Ao observarmos a migração em nosso continente é possível identificar que, na América do Sul as migrações ocorrem, em sua maioria, na busca por melhores condições de trabalho. Na América Central, além das motivações laborais, a grande maioria é de refugiados (cubanos, dominicanos, haitianos e jamaicanos, entre outros). Há, ainda, situações específicas em que as migrações passam a constituir uma ameaça à segurança dos Estados: quando os

migrantes agem contra o regime de seu país de origem e quando convertem-se em ameaça cultural ou social ao Estado que os recebe. No enfrentamento destas questões, somente ações cooperativas, sejam elas bilaterais ou multilaterais, podem gerar resultados positivos para a solução dos problemas.

A proteção aos Direitos Humanos também ganhou relevância nestes novos tempos. O continente ainda permanece marcado por freqüentes violações aos direitos humanos, quer por parte dos governos, quer por grupos criminosos, afetando a segurança de toda a Nação. Tais abusos refletem-se na segurança dos cidadãos e do próprio Estado Nacional, levantando questionamentos à governabilidade e fomentando a instabilidade política.

A proliferação de doenças na região também constitui uma ameaça ao Hemisfério. As altas taxas de infestação de AIDS e epidemias que renascem, como a tuberculose, afetam a estabilidade dos Estados e agravam-se na região do Caribe. As baixas taxas de expectativa de vida e de mortalidade materno-infantil representam uma ameaça concreta à região e

requerem ações coordenadas por parte dos Estados para seu enfrentamento.

Outra ameaça que marca a região refere à pobreza extrema, com altos percentuais das populações vivendo abaixo da linha de pobreza. Para esses grupos as esperanças de ascensão social mostram-se quase nulas, e fazem crescer o contingente de miseráveis que engrossam as estatísticas de criminalidade e alimentam a instabilidade social. O problema se mostra tão significativo que a Organização dos Estados Americanos e a Cúpula das Américas vêm discutindo o tema no âmbito hemisférico, mas os resultados ainda se revelam modestos. As freqüentes manifestações de populações na América do Sul e a situação extrema do Haiti sinalizam para a necessidade de ações mais efetivas e concretas que requerem projetos conjuntos de Estados e organismos multilaterais.

Os desastres naturais e a degradação ambiental também permanecem interferindo na segurança de muitos países da região. Tornados, furacões, inundações, secas, erupções

vulcânicas, terremotos fazem parte da realidade das Américas e, para alguns países com menor capacidade para fazer frente as emergência, transformam-se em calamidades. Os prejuízos econômicos e sociais decorrentes dos desastres naturais e da degradação do meio ambiente revelam-se vultosos e, muitas vezes, requerem ações fundadas na cooperação regional.

A crescente integração econômica entre os países americanos tem proporcionado a melhoria das condições de vida na região, porém também tornaram os Estados mais vulneráveis às crises internacionais. Qualquer alteração nas exportações, aumento na taxa de risco ou abalo no ingresso de investimentos estrangeiros provoca crises internas, que são agravadas pelas incertezas da economia mundial. A instabilidade econômica reflete-se na situação política e pode afetar a estabilidade dos governos democráticos.

Diante da vasta gama de ameaças que atingem a América e o reconhecimento de um mundo globalizado com múltiplos pólos econômicos, é necessária maior cooperação entre os Estados, nos

diferentes campos como militar, econômico e político como alternativa para que sejam redesenhados os sistemas e mecanismos de segurança e defesa regional, de modo a proporcionar a manutenção do regime democrático e da paz no hemisfério.

A construção do novo modelo de segurança regional identificou a necessidade de determinar as tendências e considerar as incertezas que se apresentam. A segurança regional de cada país deve articular-se com um sistema regional e com um grande projeto global.

Os mecanismos que buscam assegurar a segurança na região foram construídos sobre três grandes pilares, que levam em consideração as ameaças mundiais, a democracia como sistema de governo e a globalização econômica:

1) a idéia predominante no mundo atual, marcado pela incerteza que impede a fixação de hipóteses de conflitos, é a da cooperação;

2) a manutenção e estabilidade do sistema democrático na região pressupõe a não confrontação entre

os Estados. Os valores e práticas democráticas são fundamentais para alcance dos objetivos comuns do hemisfério. A manutenção e o fortalecimento do Estado de Direito e o respeito ao sistema democrático constituem um compromisso compartilhado entre as diversas nações americanas.

3) há necessidade dos Estados enfrentarem o desafio da globalização da economia e do domínio do conhecimento, reestruturando o poder e o futuro do próprio Estado.

As políticas adotadas na América Latina empregam mecanismos para manter e aumentar a segurança hemisférica, seguindo as recomendações da OEA de solução pacífica das controvérsias, garantindo a paz no continente e fortalecendo o processo democrático em todos os Estados, bem como o processo de desenvolvimento econômico e social. O Sistema Interamericano, como um conjunto de Estados que atuam de forma integrada na busca de um objetivo determinado, está baseado em princípios comuns e constitui-se no instrumento adequado para operacionalizar tais medidas.

As preocupações com a segurança e defesa da América Latina contemplam todos os campos do poder, identificando vulnerabilidades, possibilidades de desenvolvimento e consolidação da democracia, solução pacífica dos conflitos, limitação dos gastos em armamentos e proscrição de armas nucleares na região.

As premissas básicas para assegurar a segurança na região reconhecem a necessidade de dar respostas políticas e não militares aos conflitos sociais, com o fortalecimento do Estado de Direito e dos mecanismos institucionais que respondam às tensões sociais próprias dos países em desenvolvimento; o reconhecimento da Segurança como um bem essencial e que é compartilhada pela comunidade internacional; a substituição de hipóteses de conflito por formas de cooperação; e a constatação de que existem diferenças entre os países da América do Sul, porém reconhecendo a importância da existência de Forças Armadas modernas e profissionais, que se mostrem preparadas para fazer frente aos novos desafios.

Diante da realidade da região, em que os países possuem valores e interesses muito próximos, têm

ideais políticos e econômicos comuns e enfrentam desafios cuja superação requer ação coletiva e de cooperação política, os mandatários dos Estados começaram a reunir-se para determinar uma nova agenda interamericana que, pouco a pouco, tem transformado de maneira radical a natureza do diálogo político nas Américas. Nasceu em Miami, o processo de Cúpula dos chefes de Estado e de Governo, exemplo concreto da chamada diplomacia presidencial, que buscou substituir a confrontação pela cooperação, em nome de um futuro melhor para a região. O reconhecimento pelos Chefes de Estado e de Governo da América do Sul como uma Zona de Paz e Cooperação reflete o compromisso com a convivência pacífica entre os povos americanos.

No campo econômico, a integração constitui em pilar fundamental para alcance da segurança e defesa do hemisfério. Permite atuar na busca do desenvolvimento econômico, trazendo reflexos sociais e, desta forma, combate a pobreza e a desigualdade. A criação do Mercosul, em 1991, e da Comunidade Andina de Nações, em 1996, são exemplos concretos da

cooperação entre parceiros e seus reflexos na segurança de nossa região.

Dentro desta mesma filosofia, as conferências entre Ministros de Defesa constituem um fórum intergovernamental que permite avanços em questões de política e estratégia militar para toda a região e a discussão de temas ligados à segurança interamericana e o aumento da cooperação em matéria militar. As quatro conferências já realizadas proporcionaram avanços significativos para o Hemisfério e o último encontro, em Santiago, Chile, analisou as Novas Ameaças e o aumento da cooperação para a prevenção dos conflitos.

Outro ponto que surge na nova agenda da Segurança Hemisférica refere à relação entre o poder político e as forças armadas, bem como a relação cívico-militar. A indefinição reinante em relação ao tema pode levar ao crescimento da instabilidade política na região, chegando a ameaçar valores tidos como essenciais como a democracia e a paz.

Na origem, a indefinição prática (e não normativa) do papel dos militares surge em grande parte dos

países que integram nossa região. Observa-se um certo afastamento e pouco interesse dos dirigentes políticos em assumir a condução dos problemas militares. Os militares, por sua vez, mostram-se pouco propensos a aventuras golpistas e, cada vez mais, voltados às atividades da caserna e à profissionalização de suas atividades.

A experiência da América Latina com golpes militares aponta para a necessidade de manter o controle dos militares pelo poder civil e sua atuação profissional como servidores da Nação, comprometidos com os valores fundamentais da democracia e do respeito à legislação vigente. Faz-se necessário trabalhar para que o diálogo entre civis e militares torne-se mais fluído e construtivo, com os civis compreendendo a importância do estamento militar para a Nação, como garantidores da integridade territorial do país e dos direitos e liberdades dos cidadãos. Por outro lado, os militares também devem estar conscientes de que não haverá estabilidade sem sua estrita subordinação ao poder civil e aos preceitos constitucionais. É imprescindível compreender que não há, nem haverá Exército no mundo

capaz de substituir a segurança e a estabilidade que só a democracia pode trazer aos cidadãos.

As Políticas de Defesa da América Latina mostram-se fortemente marcadas pelas Políticas de Relações Exteriores, voltadas para a cooperação e não para o conflito. Em muitos países as Forças Armadas vêm assumindo novas atribuições para enfrentar as Novas Ameaças, atuando em missões não tradicionais como o combate ao narcotráfico, ao tráfico de armas e a pobreza. A adoção dos Livros Brancos de Defesa por países do Hemisfério com um histórico de contenciosos tem proporcionado maior transparência em assuntos de defesa, tanto nos objetivos da atuação militar, como nos gastos com armamentos para as Forças.

As instituições militares e a sociedade civil têm, juntas, um importante papel na construção de um continente de paz, trabalhando junto com o sistema internacional.

A presença no continente da potência hegemônica mundial maximiza as assimetrias já existentes na região. A realidade e as necessidades de cada país indicaram a necessidade de um novo

modelo de negociação e cooperação, principalmente com os EUA e, além da política de blocos, muitos buscaram soluções diretas para o trato de seus interesses.

É forçoso reconhecer que no mundo ocidental, a visão norte-americana é importante e a percepção estadunidense dos problemas produz conseqüências sobre as políticas e, até mesmo nas relações entre os países da América Latina. As negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) constituem a materialização das dificuldades desta relação, principalmente em razão das assimetrias, maior obstáculo para a integração regional.

Ao analisarmos a história das relações dos EUA com os países latino-americanos é forçoso reconhecer as mudanças sofridas, passando de uma política de exclusão para um processo de associação. A questão é: como promover a maior integração, como superar as desconfianças nas relações, substituindo políticas unilaterais por um processo multilateral, conciliando interesses distintos na busca de um objetivo comum?

Os princípios sobre os quais os Estados Unidos buscam estabelecer a cooperação (democracia, controle

civil das forças armadas e respeito à Constituição) coincidem com a visão latino-americana, conforme repetidamente proclamado por seus mandatários.

A relativa estabilidade da América Latina, com poucos conflitos entre os países da região e o fortalecido da relação entre eles permite-nos afirmar que, hoje, os problemas de segurança mais significativos são de ordem interna, incluindo a forte instabilidade social, ligada a pobreza, desemprego e questões fundiárias, entre outras e a fragilidade das instituições estatais.

A nova concepção de segurança e defesa na América Latina é responsável por mudanças significativas, dentro e fora da região. O inimigo anteriormente identificado cedeu lugar a ameaças multifacetadas e que requerem ações diferenciadas para seu enfrentamento. Uma nova agenda começou a ser estabelecida no continente, unindo Nações que comungam valores e ideais e que se mostram mais conscientes da necessidade de unir vontades políticas, promover a cooperação e fortalecer a integração regional.

Muitas das ameaças correspondem à projeção internacional de

problemas internos do Estado, que sozinho já não consegue garantir a solução de uma complicada rede de relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e, até mesmo, religiosas, dentro de suas fronteiras e que acabam atingindo outros países. Exatamente por isso é essencial a cooperação em todas as regiões do mundo, inclusive na América Latina.

O novo cenário estratégico do continente aponta para fenômenos como o crime organizado, o terrorismo internacional, o tráfico de drogas e a proliferação de armas em mãos de delinquentes, que se transformaram em geradores de ameaças à segurança regional. Estes problemas são vividos por todos os países, sem exceção, porém ultrapassando suas fronteiras, e refletindo nos Estados vizinhos. Seu combate requer não apenas ações isoladas, de alcance limitado, pois o sucesso depende de medidas mais amplas, tomadas em conjunto com outros países e que permitam ações multilaterais, somando esforços e maximizando resultados, na busca dos objetivos comuns.

Surge então um novo modelo de Segurança para o continente, baseado na cooperação, na confiança

mútua e na participação de seus integrantes em ações conjuntas. As Forças Armadas atuam em ações de defesa dos territórios e na preservação da democracia e dos direitos constitucionais, fundadas na transparência das intenções pacíficas dos Estados e na cooperação regional para derrotar esses novos inimigos.

A paz e a segurança são reconhecidas por todos os Estados

Americanos como bens essenciais e não se pode deixar de reconhecer que tanto o terrorismo, que ameaça os Estados Unidos da América, quanto os desastres naturais, que provocam destruição aos pequenos países insulares do Caribe trazem insegurança à nossa região. O que se pretende é a construção de um sistema que atue de forma efetiva no atendimento a qualquer das ameaças, qualquer que seja ela, que venha a atingir o hemisfério.

Bibliografia:

- Conferência proferida pelo Gen. RR Barry Mc Caffrey, sobre o tema “O problema das Drogas Ilícitas no Hemisfério”, Colégio Interamericano de Defesa, 2002.
- Conferência proferida pela Dra. Louise Shelley, sobre o tema “A Corrupção e os Instrumentos Legais para seu combate”, Colégio Interamericano de Defesa, 2003.
- Conferência proferida pelo Dr. Claudio Grossman, sobre o tema “Corrupção no setor público e privado”, Colégio Interamericano de Defesa, 2003.
- Conferência proferida pelo Dr. Louis Goodman, sobre o tema “Pobreza e Movimentos Migratórios – os desafios sociais à Segurança Hemisférica”, Colégio Interamericano de Defesa, 2003.
- Conferência proferida pela Dra. Deborah Meyer, sobre o tema “A migração e a Segurança Hemisférica”, Colégio Interamericano de Defesa, 2003.
- Declaração sobre as Novas Ameaças à Segurança, Assembléia Geral da OEA, Bridgetown, Barbados, 2002.
- Declaração sobre Segurança nas Américas, Conferência Especial sobre Segurança da Organização dos Estados Americanos, México, 2003.